



A FUNCIONALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UMA CONSTRUÇÃO DEPENDENTE

THE FUNCTIONALITY OF VOCATIONAL AND TECHNOLOGICAL EDUCATION: A CONSTRUCTION DEPENDENT

DOI: <http://dx.doi.org/10.23926/RPD.2526-2149.2017.v2.n2.p351-365.id59>

Belmiro Marcos Beloni

Mestre em Geografia – UNICENTRO.
Técnico em Assuntos Educacionais – UTFPR.
belmiro@utfpr.edu.br

Pierre Alves Costa

Doutor em História – UFF.
Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia UNICENTRO.
alvespierre@hotmail.com

Hélvio Alexandre Mariano

Doutor em História – UNESP.
Professor do Departamento de História UNICENTRO.
hmariano@uol.com.br

Resumo: A educação profissional no Brasil historicamente vinculou-se ao pragmatismo na formação aliado a inserção desejada ao ambiente produtivo independentemente da época. Esse artigo tem como objetivo discutir, partindo da pesquisa bibliográfica, as políticas governamentais para o Ensino Superior, especialmente a partir de meados do século XX e decisivamente no início do século posterior, com a alegada busca de aproximação da universidade com a sociedade em geral, instrumentaliza similarmente o caráter utilitário do conhecimento calcado discurso do desenvolvimento. Enfoca também a configuração atual de Educação Profissional e Tecnológica, envolvendo os aspectos que constituíram essa proposta, especialmente as intervenções de agências internacionais tendo o Acordo MEC-USAID e o Relatório Atcon como sustentáculo proporcionando o avanço da modernização conservadora das instituições de ensino. A face mais recente desse processo histórico é a proposta da universidade tecnológica, em execução atualmente na UTFPR e nos Institutos Federais.

Palavras-chave: Educação profissional. Universidade tecnológica. Políticas educacionais.

Abstract: The professional education in Brazil has historically been linked to the pragmatism in the formation allied to the desired insertion to the productive environment independently of the time. This article aims to discuss, starting from the bibliographical research, government policies for Higher Education, especially from the middle of the twentieth century and decisively at the beginning of the following century, with the alleged search for the university's approach to society in general, Similarly instrumentalizes the utilitarian character of the discourse-based knowledge of development. It also focuses on the current configuration of Vocational and Technological Education, involving the aspects that constituted this proposal, especially the interventions of international agencies having the MEC-USAID Agreement and the Atcon Report as a support providing the advance of the conservative modernization of educational institutions. The most recent face of this historical process is the proposal of the technological university, currently being implemented at UTFPR and in the Federal Institutes.

Keywords: Professional education. Technological university. Educational policies.



1 INTRODUÇÃO

Discutir a relevância e a profundidade das políticas públicas e sua espacialidade no território brasileiro revelam não somente a continuidade como a especialização dos instrumentos aos interesses de mercado. O abismo entre as instituições de educação profissional de qualidade e pública, sejam CEFETs ou Universidades, levava à tona a necessidade de uma mudança conjuntural, preconizando a ampliação do acesso, permanência e conclusão de cursos superiores, principalmente nas carreiras tecnológicas.

Este texto tem por objetivo discutir a trajetória do conceito contemporâneo de educação profissional e tecnológica brasileira, seu processo de configuração e reconfiguração diante das políticas públicas e reivindicações de grupos privados, que desembocou nas mudanças institucionais, no amplo leque de instituições que atendem a demanda, especialmente as universidades. Trata-se de uma revisão bibliográfica dividida em três momentos, sendo que o primeiro discorre sobre os pressupostos da educação profissional e superior, presentes nos acordos com a USAID, na busca de uma modernização e adequação da educação profissional às necessidades da modernização industrial, constituindo a perspectiva limítrofe do Brasil no cenário internacional.

Na sequência do artigo, porém, não distante temporalmente do tema anterior discute-se a modernização conservadora da universidade brasileira, na determinante intervenção dos organismos internacionais, por meio de Rudolph Atcon, com a consolidação do projeto contemporâneo desta, que constitui uma estrutura que protagoniza a dissociação entre saber e fazer, com a prevalescência das necessidades do modelo de produção, da administração racional e do pragmatismo na formação (FÁVERO, 1991). A presença é tão marcante, que estão muito entranhadas na estruturação da primeira universidade especializada, a UTFPR.

A terceira parte procura demonstrar a “nova” institucionalidade das Escolas Técnicas e CEFETs, incorporando instrumentos universitários, que reconfigurou e possibilitou que a oferta de vagas fosse distribuída com mais homogeneidade pelas cinco regiões do Brasil. Entretanto, a construção do quadro da educação com enfoque prioritário ao trabalho e enquanto panaceia para todos os males e entraves nacionais é bem menos recente do que se parece (NEVES, 2008).

Diante desse diferencial a educação profissional de nível superior constrói sua essência, muito antes dos decretos e das diretrizes colocadas em prática nas últimas duas décadas. A reformulação da universidade no Brasil, aliada à estruturação do Ensino Industrial, escancara os determinismos e as possibilidades na constituição da universidade especializada.



2 DIRETRIZES PARA O PRESENTE DA UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA: USAID E ATCON

A evolução do modelo produtivo brasileiro, particularmente a partir dos anos de 1960, revela drasticamente a justaposição “necessária” e, por vezes, desejosa das orientações desse processo por parte de organismos internacionais, especialmente dirigidos pelos Estados Unidos da América.

Entretanto, com a criação da United States Agency for International Development (USAID) em 1961, aprofunda-se as ações bilaterais, sabendo que as orientações para a “revolução burguesa” e configuração do capitalismo industrial brasileiro. Conforme a citação de Florestan Fernandes, essas “adequações” foram reiteradamente direcionadas pelos documentos da agência mencionada, essencialmente na constituição dos caminhos da educação básica, bem como do ensino industrial e ensino superior, objetos deste estudo.

A modernização conservadora, na sua necessidade de submeter a educação profissional à lógica da inserção na produção industrial essencialmente taylorista, estabelecida como possibilidade final da escolarização da classe trabalhadora, coisifica o processo educativo enquanto processo de repetição e sistematização de ações e movimentos. A transmissão de conteúdo em etapas fragmentadas, chamada de Séries Metódicas Ocupacionais, tornaram o meio de conformação capaz de adestrar o trabalhador e o executar na reprodução de tarefas, sem agregar qualquer otimização ao processo nem questionar o que está envolvido na produção e na sua racionalização. Essas séries concordavam com os fundamentos do Training Within Industry (TWI), treinamento criado nos Estados Unidos nos anos de 1940, no período da Segunda Guerra Mundial. Numa publicação da USAID, por exemplo, a metodologia de ensino proposta pelo TWI fora colocada do seguinte modo:

Como instruir:

Primeiro Grau: Preparar o trabalhador – Colocá-lo à vontade. Descrição do trabalho e apuração do que o empregado já conhece a respeito do assunto. Despertar o interesse de aprender o ofício. Enquadramento do empregado em posição correta.

Segundo grau: Apresentação da Operação. Dizer, mostrar e ilustrar um assunto importante de cada vez. Acentuar a importância de cada ponto-chave. Instruir com clareza, de forma completa e com paciência, dentro dos limites da compreensão individual.

Terceiro grau: Experimentar a Execução – Mandá-lo fazer o trabalho, corrigindo os erros. Fazê-lo explicar todos os pontos-chaves das operações à medida que repete o trabalho. Certificar-se do que ele entendeu. Continuar até você ter certeza de que ele aprendeu.

Quarto grau: Orientar – Deixá-lo orientar-se. Indicar a quem se dirigir para pedir ajuda. Fazer verificações frequentes. Encorajar a formulação de perguntas. Diminuir gradativamente a tutela excessiva e muito insistente.

Se o trabalhador não aprendeu, foi o instrutor quem não ensinou (USAID, 1965 p.146, grifos nossos).



Nos anos 1960, a formação dos operários acontecia em Escolas Técnicas e Industriais Federais e Estaduais, Escolas Técnicas Particulares, Escolas e Centros de Treinamento do SENAI que, por sua vez, se distribuíam em Escolas de Aprendizagem, Escolas Técnicas e nos Centros Especiais de Treinamento, Institutos Pedagógicos de Ensino Industrial e os Centros de Educação Técnica.

A consolidação da proposta de formação do trabalhador enquanto ente alienado ao processo produtivo, bem como completamente indiferente ao que acontecia ao seu redor, protagonizara o sucesso do modelo educacional, que quantitativamente aparelhou o incipiente parque industrial brasileiro, sem problemas maiores com o ordenamento ideológico nesse processo. A educação, especialmente a educação profissional referendada como solução possível para a inserção brasileira no mundo industrial, segundo a USAID e o BID. Dessa forma, a identidade do trabalhador pueril, confortavelmente se adequou às necessidades capitalistas, uma vez que

[...] o governo tinha em mente ajustar seus programas educativos às necessidades mais imediatas do mercado, que se orientava, por sua vez, pelo projeto desenvolvimentista. Acreditava-se que o subdesenvolvimento brasileiro estava vinculado à falta de recursos humanos. [...] A política educacional confundiu-se aqui com uma política de investimento, no caso específico, em capital humano. Mas a política da profissionalização [...] tinha uma intenção clara e definida: *descongestionar o acesso às universidades e encaminhar a maioria dos contingentes da faixa etária acima de dezoito anos diretamente ao mercado de trabalho.* (FREITAG, 1989, p. 40, grifos do autor).

Justamente essa instituição, formadora de dirigentes também precisava ser mudada ou moldada pelas políticas educacionais na “parceria” em movimento. Cabe aqui ressaltar, que o movimento de conformação do ensino industrial enquanto produção em série de trabalhadores no modelo taylorista, de forma alguma causou desconforto à Escola Técnica Federal do Paraná.

As alterações na ETFPR como as mudanças curriculares, planejamento de ensino, maior cuidado com as questões pedagógicas tiveram resultados positivos, como se verificou com as primeiras colocações dos alunos do curso técnico nos vestibulares da Universidade Federal do Paraná. Enquanto as escolas técnicas do país eram referências no ensino, no âmbito das escolas de segundo grau, a do Paraná tinha reconhecimento nacional. A cada ano formavam-se técnicos de nível médio eram cada vez mais procurados pelo mercado de trabalho. Fatores como a qualidade de ensino, estrutura física, equipamentos sempre renovados e investimentos na formação do corpo técnico e administrativo foram decisivos para que o MEC, em dezembro de 1969, selecionasse a instituição paranaense para ofertar Cursos Profissionais de Nível Superior de Curta Duração (CORREIA LEITE, 2010, p. 58-59).

No compasso de transformação para a instituição que oferta cursos de nível superior (engenharias de operação), a futura UTFPR já denotava a perspectiva de universidade diferenciada que concomitantemente às determinantes do Ensino Industrial, vinham sendo



estabelecidas para a reforma da universidade pública brasileira. Dentro desse campo, é indispensável salientar os trabalhos de Rudolph Atcon, que aliados às determinações dos acordos realizados entre o MEC e agências internacionais, reconfiguraram, na busca incontestada pelo utilitarismo, o ensino superior brasileiro.

Entretanto, mesmo ofertando o ensino superior em diferentes formatos curriculares desde fins dos anos de 1960, as Escolas Técnicas e posteriormente os CEFETs não eram encarados como universidades, portanto não eram dotados de autonomia didático-pedagógica e financeira.

A necessidade de redimensionar a universidade, alinhando suas diretrizes com as necessidades do capitalismo industrial tornaram imprescindível a reformulação da universidade, tópico que será abordado a seguir.

3 A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA DA UNIVERSIDADE BRASILEIRA

Desencadeada pela crise hegemônica da sociedade brasileira, na qual a primazia estava trocando de mãos: da oligarquia agroexportadora para os setores ligados ao grande capital, a mudança do paradigma educacional nacional tornou-se indispensável ao regime autoritário que ascende ao poder a partir do Golpe Militar de 1964.

Segundo Gramsci (1987), em sua obra *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*, a hegemonia de classe é exercida, enquanto função de domínio e direção, sendo que a última pode existir antes de apropriar-se do aparelho estatal, configurando mesmo um mecanismo de preparação dessa oportunidade. Essa concepção atribui grande relevância à cultura enquanto instrumento da luta política.

O papel de domínio denota o acesso ao aparelho de Estado e à eventual utilização da coerção, forçando uma “coesão precária” entre a classe dominante e a classe espoliada. Desse modo, reflete o espaço social no qual uma classe subjulga a outra, expressada na sociedade política.

Entretanto, a face de direção, alega-se o consenso, o convencimento intelectual e moral, em que a classe dirigente promove a construção do consenso ideológico, sob o formato de vontade geral. A hegemonia é apresentada como uma reforma intelectual e moral junto à transformação das relações econômicas da sociedade.

Com o golpe militar, modifica-se sobremaneira a estrutura de poder, colocando-se na prática um novo modelo de liderança, na busca de suplantar derradeiramente o nacional-populismo, que sofrera o revés no suicídio de Vargas, em 1954. Contudo, fora alimentado pela



implantação do modelo de desenvolvimento industrial capitalista associado ao capitalismo monopolista durante o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-1961), em que o Estado era o principal estimulador ao crescimento do setor privado e estrangeiro.

O modelo baseado na doutrina de segurança interna e externa é diferente do tradicional conceito de defesa nacional próprio dos meios militares. Essa concepção salienta um caráter mais abrangente, compreendendo igualmente a defesa das instituições e incorporando em decorrência, os aspectos psicossociais, a preservação do desenvolvimento e da estabilidade política e econômica interna.

A segurança não era um fim em si. Articulava-se com a economia e dela dependia. Essa relação apresentava-se nítida para aqueles que detinham o poder após o golpe, donde a necessidade de os governos militares lançarem mão de atos institucionais e complementares, de decretos e portarias que lhes conferissem um poder político absoluto sobre os cidadãos, os grupos e as classes sociais, gerando muitas vezes condições políticas de verdadeiro divórcio entre o Estado e a sociedade civil (FÁVERO, 1991, p. 14).

Nesse contexto, o Relatório de Rudolph Atcon (1963) fica compreendido, principalmente se considerados enquanto ação de consolidação da hegemonia da classe dominante sobre a educação. Atcon, consultor das políticas de ensino superior estadunidense para a América Latina, em 1958 já havia apresentado suas orientações para as transformações institucionais, tendo suas ideias incorporadas ao projeto educacional da USAID para os países latinoamericanos.

Os trabalhos desenvolvidos na reforma de universidades em outros países da América do Sul, como Chile, Colômbia e Venezuela, bem como seu trabalho de assessoramento a Anísio Teixeira, na organização da Capes – Campanha Nacional de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, o credenciaram a planejar a reforma universitária, “defendendo o princípio da neutralidade” (FÁVERO, 1991, p. 20).

Nesse sentido, Rudolph Atcon (1963) afirma que “o desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade é função direta de seu desenvolvimento educativo”, estabelecendo que “para o desenvolvimento da América Latina a educação superior constitui o verdadeiro ponto de partida” (*ibid.*, p. 8).

[...] o clãs dos graduados universitários domina todos os aspectos significativos da vida social, acresça-se a isso que apenas quatro latino-americanos em cada dez mil atingem um grau acadêmico, e podemos prontamente concluir que é nosso deve consagrar a máxima atenção, quando não interferir decisivamente, a esta instituição social denominada Universidade (ATCON, 1963, p. 20, grifos do autor).

Na visão dos governos militares, bem como dentro das perspectivas de Atcon, o progresso somente viria com o investimento na educação, o que pareceu no período evoluir e



engendrar mecanismos para que o itinerário entre a formação acadêmica e a utilização daquilo aprendido proporcionasse retorno rapidamente. A emergência em preparar a mão de obra, dotada de capacidade profissional para o sistema tecnológico em expansão, era demarcada pela exigência de uma instituição de caráter utilitário. Dessa maneira, estaria pronta para assegurar a constituição de um potencial humano fundamental ao crescimento econômico e, do mesmo modo, dinâmico e agregado aos deveres da cidadania ensejada, ideologicamente, pelo governo da época.

A partir do conceito defendido como democratizante, o atendimento à procura crescente e constituída pela classe média que crescia como reflexo da política econômica, também seria a função-chave da universidade. Assim, todos poderiam fazer parte do contingente com formação acadêmica, defendendo que a modificação nos instrumentos reguladores do acesso, abriria a universidade para todos.

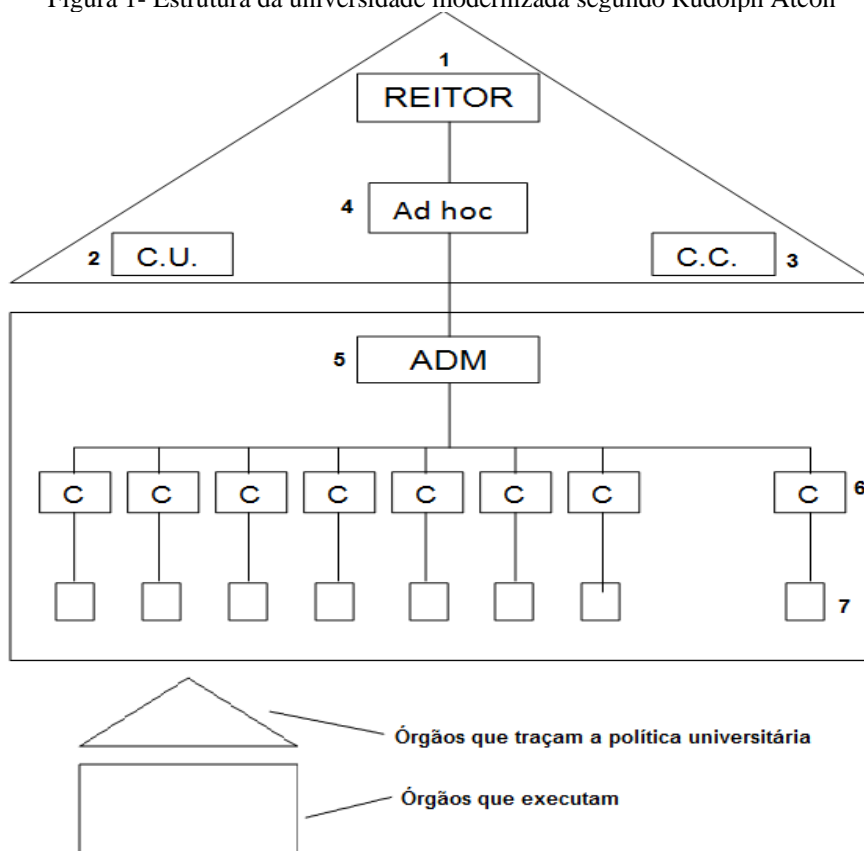
Rudolph Atcon organizou as diretrizes da Reforma Universitária, no período entre junho e setembro de 1965, conforme Fávero (1991, p. 20-22), especificamente sobre:

- *Integração*: foco nos aspectos socioeconômicos da América Latina e o processo educacional resultante, verificando que a criação de um órgão multilateral envolvendo todos os países do continente seria indispensável;
- *Educação superior*: reconfiguração do escopo das universidades enfocando suas práticas e formações no desenvolvimento;
- *Universidade*: estabelecer a autonomia e converter-se em fundação privada de direito público;
- *Reforma administrativa*: melhor preparo da gestão acadêmica; concepção de carreira universitária, cessação da atividade discente na administração, separação das demais regras e estatutos do serviço público e delimitações de salários;
- *Reforma fiscal*: distribuição do custo do ensino entre alunos e instituição e a estabelecimento de um sistema de bolsa para alunos carentes, concomitante ao fechamento extinção gradual das vagas gratuitas.

Pressupondo que a educação superior é prioritária para o desenvolvimento econômico e de integração nacional, o “experimentado reformador de universidades”, recomenda a instituição de um novo modelo administrativo da universidade, fundado no paradigma empresarial, no qual os objetivos seriam alcançar a eficiência e o rendimento. O modelo de

empresa privada é o fundamento para a modernização e eficiência, onde os controles são internos e estruturalmente divergentes da empresa pública (vide Figura 1).

Figura 1- Estrutura da universidade modernizada segundo Rudolph Atcon

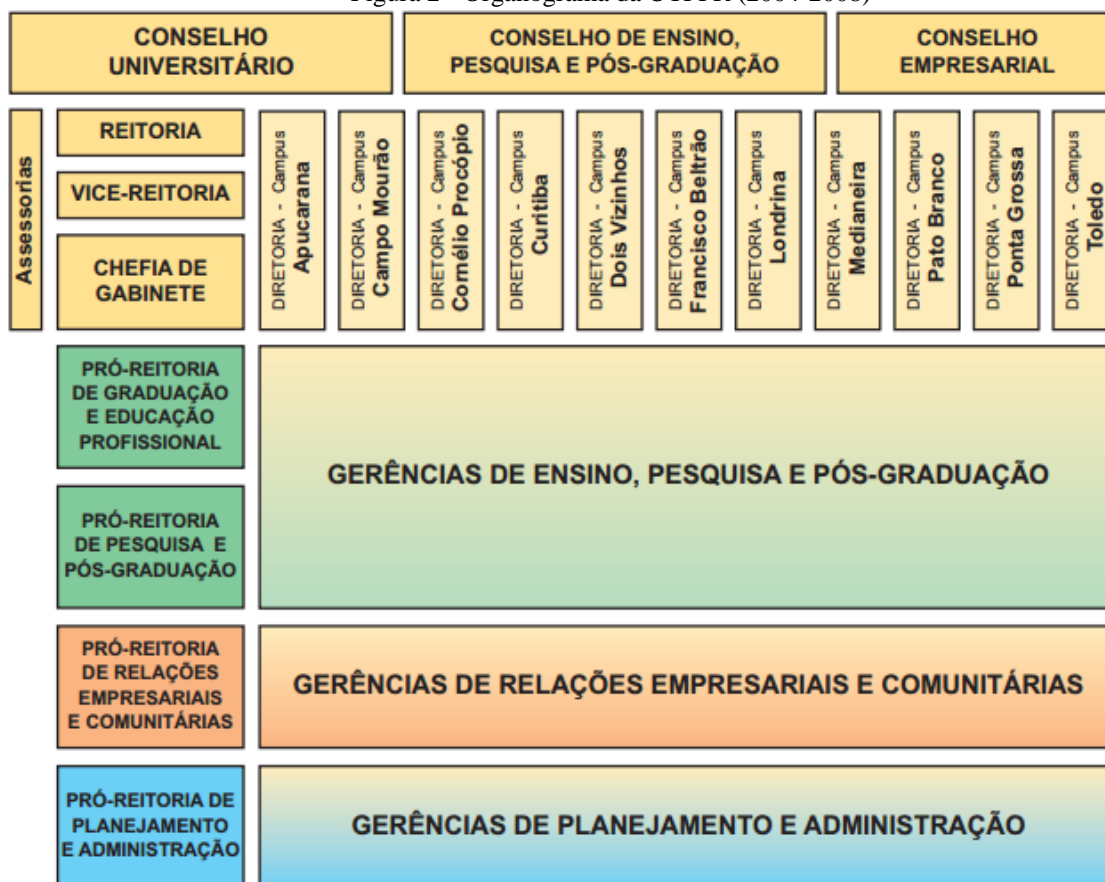


- a. 1 preside 2 e 3 e tem responsabilidade executiva.
- b. 2 Conselho Universitário – trata de assuntos de política universitária.
- c. 3 Conselho de Curadores – trata de assuntos financeiros.
- d. Nenhum membro de 2 deve ser membro de 3.
- e. 4 Comissões *ad hoc* para resolver divergências entre 2 e 3 e sempre presididas por 1.
- f. 5 Administrador – cargo de confiança de 1, preside 6.
- g. 6 Chefes das unidades administrativas.
- h. 7 Unidades administrativas em número variável para cada universidade.

Fonte: FÁVERO, 1991, p. 38.

Desta maneira, a universidade constituía-se nos padrões de uma empresa capitalista moderna, separando o planejamento da execução. A produtividade, eficácia e administração racional do trabalho pretendidas em uma empresa privada, tornaram-se exigência também nas universidades, manifestando rigorosamente as precauções do ordenamento socioeconômico inseridos pelos governos do regime militar, particularizado pelo empenho intermitente pela redução de custos e utilização dos meios de controle interno e da própria organização didático pedagógica.

Figura 2 - Organograma da UTFPR (2004-2008)



Fonte: PDI da UTFPR (2004-2008), 2004, p. 28.

Diante das informações constantes na Figura 2, vislumbra-se a configuração de uma universidade-empresa, onde quem traça a política institucional encontra-se completamente separado de quem a executa. Implementa-se aqui, irrevogavelmente, a divisão entre o planejar e o executar, o pensar e o fazer, delimitando espaços, onde atuam reitor, conselho universitário, conselho de curadores de um lado; conselhos de chefes de unidades administrativas e as próprias unidades administrativas de outro. De forma bastante clara, Atcon concentra o poder decisório sob o controle do administrador, sendo o único componente a ter livre acesso ao “pensar” e ao “fazer”.

O gerente ou manager seria o verdadeiro senhor do governo da universidade, orientando e reverenciando o rei-reitor, assessorado por seu conselho de ministros. Este discurso proferido desde um ponto determinado da hierarquia organizacional é o discurso da racionalidade da organização. Serve para fomentar a crença em estruturas que existem por si e independente da vontade e intervenção humanas. O discurso do ‘especialista tecnocrata’, desde que se imbua da ‘verdade absoluta’ contida em suas proposições, adequa-se aos regimes autoritários exigindo para sua efetivação um aparelho de Estado forte, que impeça a contestação de qualquer grupo que venha a pôr em dúvida sua pseudoautoridade técnico-científica (FAVERO, 1991, p. 27).

Os fundamentos da racionalização do trabalho, assíduos nas teorias de administração utilizadas pelos implicados na Reforma de 1968, incorporaram o regulamento como a divisão



técnica do trabalho na universidade. Entretanto, se essa sistemática era importante no meio privado, na universidade consistiu na fragmentação do trabalho, despolitização e esfacelamento do movimento estudantil. Ademais, subordinada aos formatos estruturais e curriculares “modernizados”, desapossou-se do comportamento crítico, deixando de aprofundar-se em temáticas obrigatórias ao entendimento da sociedade em curso, das relações do trabalho e do pleno exercício da cidadania.

A organização da UTFPR oriunda da estrutura construída durante o período de CEFET-PR, e proporciona uma burocracia tributária à universidade de Atcon, dando a impressão de funcionamento enquanto sistema, reproduzindo a centralização decisória em Curitiba. Dessa forma, a transformação em universidade a priori independeu da estrutura administrativa e da democratização da gestão, aspectos discutidos exaustivamente nas outras universidades. A neutralidade de funcionamento da universidade tecnológica, na reprodução do organograma do CEFET-PR em seu primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional, pouco demonstra abertura para a discussão do sentido de universidade além do utilitarismo e pragmatismo (vide Figura 2).

4 CONFIGURAÇÃO ATUAL DAS POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

As ações do Executivo, capitaneadas pelo Ministério da Educação a partir de 2003, refletem a necessidade de compromissar a educação profissional e também o ensino superior, no caso os Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs (transformados em Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs) e as Universidades Federais por meio do REUNI.

Na chamada pública MEC/SETEC 02/2007, com o objetivo de acolher as propostas de configuração dos IFETs, o primeiro ponto da contextualização da chamada pública expressa a intencionalidade política do projeto:

A implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia –IFETs constitui-se em uma das ações de maior relevo do Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, na medida em que tornará mais substantiva a contribuição da rede federal de educação profissional e tecnológica ao desenvolvimento socioeconômico do conjunto de regiões dispostas no território brasileiro, a partir do acolhimento de um público historicamente colocado a margem das políticas de formação para o trabalho, da pesquisa aplicada destinada à elevação do potencial das atividades produtivas locais e da democratização do conhecimento à comunidade em todas as suas representações (BRASIL, 2007).

Cerca de dezoito meses após a chamada pública, foi sancionada a Lei n. 11892/2008, estabelecendo a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, criando 38 IFETs, a partir da adesão da imensa maioria dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs)



e Escolas Técnicas e Agrotécnicas Federais (ETFs e EAFs), bem como a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR (primeira universidade tecnológica, transformada a partir do CEFET-PR, em 2005), e os CEFETs de Minas Gerais e Rio de Janeiro que não aderiram à chamada.

Fernando Haddad, que coordenou a elaboração do Projeto de Lei sobre as Parcerias Público-Privadas, que na época atuava como assessor especial do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), assume o ministério da Educação (2005-2012) e conforma todas as diretrizes para estabelecer os decretos anteriormente citados. A celeridade imprimida por sua gestão no MEC, em pouco tempo substituiu a discussão centrada num anteprojeto de Reforma Universitária, viabilizou chamadas públicas amparadas em decretos (REUNI, Compromisso Todos pela Educação e Institutos Federais, no caso deste último tornado Lei) e proporcionou a adequação fundamental à privatização por dentro das IFES.

Como resultado dessa política, as universidades públicas federais, de modo geral, aumentaram consideravelmente o volume de serviços remunerados, nos últimos anos, sobretudo, por meio de assessorias e consultorias a empresas privadas; cursos de pós-graduação *lato sensu*; cursos de extensão, atualização e aperfeiçoamento; cursos livres de línguas estrangeiras; oferta de cursos de graduação, por contratos firmados com prefeituras e governo dos estados; processos seletivos e/ou concursos, para órgãos/instituições governamentais e/ou empresas privadas; produção/realização de projetos/programas, na área de Ciência & Tecnologia, voltados para a iniciativa privada; exames ambulatoriais, realizados por meio de contratos firmados com estabelecimentos públicos e privados; análises de combustíveis; medições de intensidade de campo elétrico; instalação de antenas coletivas; manutenção, aferição e instalação de instrumentos de rádio-comunicação; medições de interferência eletromagnética; desenvolvimento de programas computacionais, dentre outros (CHAVES, 2009, p. 321).

Na chamada “sociedade do conhecimento”, torna-se indispensável a consolidação da relação universidade-empresa, evidenciando nas IFES da Rede, o estabelecimento de uma pró-reitoria direcionada. A exemplo disso podemos citar o caso da Pró-Reitoria de Relações Empresariais e Atividades Comunitárias na UTFPR, colocando-a no lugar ocupado pela Extensão Universitária, submetendo as relações da Universidade com a comunidade que a cerca à lógica de produção.

Na lógica do desenvolvimento de recursos humanos, as universidades tecnológicas têm discutido suas perspectivas institucionais, nos fóruns de desenvolvimento institucional alinhado aos Arranjos Produtivos Locais (APLs), sem qualquer participação ampla da comunidade universitária, bem como das comunidades nas quais estão inseridas. O ápice dessa situação se consolida, na participação nos conselhos universitários, das entidades patronais, como a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), que possui acento e voto no Conselho



Universitário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Desse modo, os novos procedimentos para a educação “se consubstanciam com a lógica do mercado em uma dupla e concomitante direção, a da consolidação do mercado do conhecimento e a do aprofundamento do conhecimento para o mercado” (NEVES, 2008, p. 185).

Tanto o governo quanto a iniciativa privada representada pelos industriais compreendem a educação superior e o conhecimento como elementares no processo de produção, bem como para a consolidação do Brasil na economia global. Esse entendimento acontece principalmente pelo interesse patronal em incorporar o conhecimento, principalmente o desenvolvido na pesquisa de ponta nas universidades públicas como insumo produtivo, visto que o conhecimento com aplicabilidade para técnicos e tecnólogos tarefeiros, há tempos se encontra subsumido neste processo.

Segundo Ciavatta (2010), os gestores e a comunidade dos CEFETs, desenvolveram ações, objetivando construir um modelo de Universidade Tecnológica sintonizado com o mundo do trabalho, que atendesse às peculiaridades desenhadas historicamente pela instituição: oferta da educação técnica/profissional, integrada ao ensino médio; consolidação e expansão da graduação e da pós-graduação; crescimento da pesquisa e da produção intelectual; expansão e interiorização das suas atividades.

A adesão e implementação do REUNI funcionou para a UTFPR como um “certificado de maioria”, uma vez que esta aderiu prontamente ao programa, e executou com bastante competência e respeito aos prazos estabelecidos pelo MEC, sem grandes questionamentos e sim com muito entusiasmo, o que fora demonstrado pela Reitoria, falando da execução do REUNI na UTFPR:

O Reuni foi executado com uma competência ímpar dentro desta instituição. O Ministério da Educação reconhece que a UTFPR é um exemplo e que nessa implantação foi aquela que obteve os melhores resultados. Nós conseguimos passar um grande desafio, que era transformar uma instituição, que tinha cerca de 90 anos, reconhecida como uma instituição de educação profissional, em uma instituição de ensino superior. Nós tínhamos bons indicadores, mas muito longe daqueles das tradicionais universidades públicas do nosso país (ANDIFES, 2013, p. 01).

A expansão da oferta de educação profissional e tecnológica mediante o investimento público, seja pela expansão da Rede Federal de EPT seja pelo REUNI, precisa corresponder à política de defesa da qualidade na mesma proporção da descentralização institucional, sem que o viés de submissão ao segmento empresarial seja hegemônico no interesse de formação pragmática, com concepções particularistas e reducionistas das perspectivas dessas instituições.



Na construção das políticas públicas que ordenaram as mudanças nas universidades na última década do século XX e início do século XXI, as marcas da discussão mediante participação popular praticamente inexisteram. A rigor, “universidade por campo de saber”, posiciona certamente uma universidade mais aberta, mais flexível e com consequência de existência mais palpável para a sociedade. Cabe refletir para qual sociedade, ou melhor, para quem nessa sociedade a universidade especializada responde melhor.

A demanda pela operacionalização de uma perspectiva de desenvolvimento econômico e social é relevante na construção teórica de uma instituição conectada à realidade ao seu entorno. No entanto, a submissão do projeto de universidade às necessidades de mercado torna-se a perversão como resposta. O conhecimento produzido na universidade torna-se produto ou insumo de produção, e somente nessa condição possui valor, sendo plenamente compreensível que os setores produtivos participem das elaborações das diretrizes de funcionamento, inclusive curricular das graduações tecnológicas.

As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica buscaram, de forma constante, tornarem-se vetores de desenvolvimento e atração de investimento para a descentralização da industrialização no território nacional. Por esse motivo, a produção de bens industrializados é a vanguarda do progresso econômico para os programas de desenvolvimento. Sendo, dessa forma, presumível que a formação utilitarista seja a principal plataforma de inserção produtiva que a educação nacional possa providenciar como contrapartida para a reestruturação produtiva.

Aliado ao discurso progressista com um viés socialdemocrata, a formação tecnológica desenhada nos planos que envolveram educação, ciência e tecnologia nos anos 1990 e 2000, procuraram irreversivelmente alienar a possibilidade de uma formação complexa e abrangente, e passaram a defender determinantemente uma habilitação precária, porém eficiente às necessidades espoliativas da produção e acumulação capitalista.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a UTFPR pretendeu desde sua institucionalização enquanto universidade, sistematicamente abraçar todas as determinações governamentais, visualizando-as como oportunidades para afirmar-se na nova condição. Invariavelmente, a caminhada centenária do ensino técnico e tecnológico, ao lado da incontestável formação de profissionais desejáveis ao mercado, protagonizou uma carência de identidade própria e autônoma, tornando o determinismo tecnológico ideologicamente sedutor, neutralizando quaisquer pensamentos



diversos. Essa identidade conservadora e reprodutora embasou a formação da universidade, “revolucionária de primeira hora”, como executora responsável das diretrizes do Ministério da Educação, servindo de exemplo ao ajuste que as demais Universidades Federais deveriam realizar.

De forma semelhante, as mudanças no mundo do trabalho e o afunilamento das políticas neoliberais, nas últimas décadas, sucatearam as universidades, alienando ainda mais a população com relação ao acesso a essas instituições. Entretanto, nos últimos dois mandatos presidenciais sob Lula da Silva (2003-2010), com a execução pragmática de reformas no ensino superior e na educação profissional, as perspectivas de submissão desses níveis de educação formal aos interesses privados foram sacramentadas. Tudo o que fora trabalhado pelos acordos internacionais durante os períodos de regime de exceção, bem como pelo governo Fernando Henrique Cardoso, são plenamente aceitos e ressignificados com o “verniz” de governo popular.

Perfaz cabalmente a aliança capital-trabalho, levando a cabo a responsabilização dos trabalhadores pelos seus desígnios, procurando garantir apenas a melhor forma de empregabilidade, sem necessariamente agregar conhecimento, executando primordialmente a capacitação habilitante para os empregos com baixa tecnologia agregada à mão de obra.

É possível dizer que o modelo de universidade em construção revela que a formulação de políticas públicas modifica discursos e metodologias, no entanto, privilegia a dicotomia entre o saber e o fazer, bem como entre o dirigir e o ser dirigido.

A expansão da universidade sem a devida reflexão e discussão ampliada com a comunidade acadêmica, bem como com um estudo apurado das possibilidades a serem exploradas, provoca questionamentos de que ao invés da universidade multicampus configura-se uma rede de excelência em produção de conhecimento tecnológico, tornando-se um sistema de ilhas de formação, que por vezes não dialogam entre si e muito menos a nível local e regional.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR. **UTFPR dobra o número de campus**. Boletim do ANDIFES: Brasília, 2014. Disponível em: <<http://www.andifes.org.br/?p=19528>>. Acessado em 16 mar 2014.

ATCON, R. **The Latin American University**. Bogotá: Ediciones Eco, 1963.

BRASIL. **Decreto n. 6095, de 24 de abril de 2007**. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de



Educação Tecnológica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6095.htm>. Acesso em 13 nov. 2012.

CORRÊA LEITE, J. C.(org.). **UTFPR: uma história de 100 anos**, 1. ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2010.

FÁVERO, M. L .A. **Da universidade “Modernizada” à Universidade Disciplinada: Atcon e Meira Mattos**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

FREITAG, B. **Política Educacional e Indústria Cultural**. São Paulo: Cortez Editora, Autores Associados, 1989.

GRAMSCI, A. **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. 6 ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1987.

NEVES, L. M. W. PRONKO, M. A. **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado**. Rio, EPSJV, 2008. – Dilemas do Brasil no novo milênio. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2009-2013**. Disponível em <<http://www.utfpr.edu.br/a-instituicao/documentos-institucionais/plano-de-desenvolvimento-intitucional-pdi-2009-2013>. > Acesso em 23 out. 2012.

UNITED STATES AGENCY FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT, **Aliança para o Progresso**. Recursos Humanos para o desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundação Carlos Chagas, 1965.

Submetido em: 12 de agosto de 2017.
Aprovado em: 29 de setembro de 2017.